ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# Relatório de Audiência

**Dia:** 14 de Abril de 2010 **Hora:** 10h00 **N.º 10/XI (1.ª)**

**ENTIDADE: Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP),** representado por Luís Pedro Correia Pesca, responsável nacional pela área da educação na FNSFP; por Natália Carvalho e Ermelinda Ferreira, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte; por Elisa Pinto, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro e por Adília Tavares do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul.

**ASSUNTO: Aprovação dos mapas concelhios das escolas; criação de carreiras específicas**

**Recebida pelos Senhores Deputados Isabel Coutinho (PS), Margarida Almeida (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE).**

Os requerentes da audiência começaram explicar que, com a transferência de competências para as autarquias os problemas dos trabalhadores não docentes das escolas do ensino público básico e secundário agravaram-se e que exigem que o Ministério da Educação proceda à criação dos mapas concelhios das escolas, lembrando que há mais de 6000 trabalhadores do IEFP colocados em escolas.

Fizeram sentir que nunca estiveram de acordo com a transferência de competências para as autarquias porque as desigualdades começam logo na abertura de procedimentos concursais: nuns casos, por tempo indeterminado; noutros, por contrato a termo por um ano. Por outro lado, o SIADAP coloca nas mãos do director da escola a delegação de competências para a avaliação e há directores de agrupamento que não fizeram qualquer delegação, parecendo um pouco aberrante proceder a avaliações nestas circunstâncias.

Quanto à segurança escolar, disseram estar estupefactos ao verificarem que o gabinete de segurança das escolas é integrado designadamente por polícias aposentados quando, por um lado, há tantos trabalhadores desempregados e, por outro, trabalhadores com formação profissional específica como os auxiliares de acção educativa. Informaram ter feito entrega no Ministério da Educação de um **Caderno Reivindicativo** relativo ao Pessoal não docente dos estabelecimentos de educação pré-

escolar e dos ensinos básico e secundário da rede pública, de que foi deixada uma cópia, pugnando pela existência de carreiras específicas para administração escolar; para assistente operacional de acção educativa e para cozinheiro.

A Senhora Deputada Margarida Almeida (PSD), agradecendo as informações veiculadas na audiência e a documentação entregue, disse compreender que tenha havido algum desrespeito em relação aos auxiliares de acção educativa, apesar de achar importante que, sem ocupar postos de trabalho, os desempregados possam contactar com certas funções. Quanto à transferência de competências para as autarquias, observou que o comportamento das câmaras não deve ser desigual e, a respeito da segurança escolar, considerou que talvez fosse preferível ministrar formação aos auxiliares educativos.

Também o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) disse estar de acordo que o tratamento das câmaras municipais deve ser indiferenciado. Mostrou-se chocado com a situação descrita relativamente ao Gabinete de Segurança, não só pelo valor da remuneração auferida como pelo facto de se tratar de aposentados que, ainda que percebam um terço do vencimento, já percebem a respectiva pensão.

Por seu lado, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) propôs que, como é já timbre da 11.ª Comissão, o relatório daquela audiência fosse remetido ao Ministério da Educação questionando que reacção mereceu o conteúdo do Caderno Reivindicativo entregue pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Prosseguiu dizendo que sempre teve grandes dúvidas quanto à passagem da gestão das escolas para as autarquias, ainda que esteja de acordo com a descentralização mas não já com a discricionariedade. Também disse que, como princípio, nada tinha a opor à utilização de desempregados nas escolas parecendo-lhe incorrecto é que o sejam para necessidades permanentes. Informou que o BE irá apresentar algumas propostas legislativas, nomeadamente no que diz respeito à criação de mapas concelhios, no sentido de contribuir para a solução dos problemas invocados, a bem dos trabalhadores e da qualidade dos serviços. Finalmente, achou inadmissível que haja diferentes salários para funções iguais e que as autarquias paguem menos do que aquilo que o Ministério da Educação tem contratualizado.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) saudou a delegação da FNSFP, disse que tinha conhecimento dos problemas trazidos e que iria analisar com cuidado o Caderno Reivindicativo.

A finalizar, a Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) disse que, em sede de Comissão de Educação e Ciência, têm sido acompanhados com interesse os assuntos trazidos pela FNSFP, designadamente ao nível das autarquias, e solicitou que fosse trazido ao conhecimento da Comissão de Trabalho,

Segurança Social e Administração Pública os desenvolvimentos posteriores à reunião solicitada ao Secretário de Estado da Educação.

Palácio de São Bento, em 28 de Junho de 2010.

**A DEPUTADA DO PS,**

**(Isabel Coutinho)**